



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PACATUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO**

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1 Contratação de empresa especializada para serviços de **Assessoria de Imprensa e Comunicação Institucional** para Prefeitura Municipal de Pacatuba.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTDE	Vlr Mensal	GLOBAL ESTIMADO (R\$)
01	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços em Assessoria de Imprensa e Comunicação Institucional .	Mes	12	17.783,33	213.399,96

1.2 O objeto deste procedimento não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 2115 de 26 de dezembro de 2021.

2. DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1 justifica-se pela necessidade de aprimorar a comunicação institucional da Prefeitura Municipal de Pacatuba/SE, promovendo maior transparência, eficiência e alcance nas ações administrativas, sociais, culturais e educativas do município.

Em um cenário em que a informação é fator essencial para a participação cidadã e o fortalecimento da democracia, é imprescindível que o Poder Público mantenha canais eficazes e atualizados de diálogo com a população. Nesse sentido, a assessoria de imprensa tem o papel estratégico de elaborar e distribuir conteúdo jornalísticos, gerir o relacionamento com a imprensa regional e estadual, e garantir a correta divulgação dos atos e ações da gestão.

Além disso, os serviços são indispensáveis para ampliar o alcance da comunicação pública, utilizando os canais de comunicação da Administração Municipal, como ferramentas para informar, prestar contas, divulgar campanhas e serviços, combater desinformação e estimular a interação com os munícipes.

A contratação visa assegurar a qualidade técnica na produção de conteúdos, planejamento estratégico de comunicação, monitoramento de resultados e atuação profissionalizada no trato



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PACATUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

com a imprensa e canais de comunicação, o que contribui diretamente para a imagem institucional da Prefeitura e para a construção de uma gestão pública mais participativa e eficiente.

Dessa forma, justifica-se plenamente a necessidade de contratação de empresa especializada, considerando o interesse público envolvido e os benefícios que a comunicação bem estruturada proporciona à população Pacatubense.

3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1 A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em item específico do ETP, anexo deste TR.

3.2 O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual (2025), conforme consta nas informações básicas deste TR.

4. DAS ATRIBUIÇÕES DOS PROFISSIONAIS

4.1. Do jornalista (Bacharel em Comunicação Social – nível superior), com função de coordenador de Comunicação:

- a) Coordenar e acompanhar todo o trabalho desenvolvido pelos profissionais da **Assessoria de Imprensa e Comunicação Institucional** junto à CONTRATANTE;
- b) Promover o bom relacionamento entre a CONTRATANTE e a imprensa, intermediando as relações de ambos, inclusive na divulgação de informações e no atendimento às solicitações dos profissionais dos veículos de comunicação;
- c) Contribuir para a consolidação da identidade e imagem positivas da CONTRATANTE perante a sociedade;
- d) Assessorar o(a) gestor(a) público e seu corpo de secretários(as) e/ou assessores em assuntos relacionados à Comunicação Institucional e, em especial, nos contatos e entrevistas para a imprensa;
- e) Planejar e coordenar a edição e distribuição de publicações institucionais destinadas aos públicos interno e externo;
- f) Promover o bom relacionamento entre a CONTRATANTE e seu público interno (servidores e contratados), intermediando as relações de ambos, inclusive na divulgação de informações e no atendimento às solicitações do mesmo;
- g) Produzir e distribuir matérias jornalísticas à imprensa;
- h) Atender as demandas dos canais de comunicação, quando necessário;
- i) Comprometer-se em executar um trabalho sério, preservando e zelando a imagem da CONTRATANTE perante a sociedade, de forma, em geral.

4.2. Do jornalista (Bacharel em Comunicação Social – nível superior), com função de redator e/ou repórter:



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PACATUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO**

- 4.2.1. Elaborar textos e conteúdo para criação de matérias jornalísticas, press releases, notas, comunicados e cartazes, em geral;
 - 4.2.2. Cobrir eventos, reuniões e demais atividades que seja necessário a presença in-loco, ou não, do profissional nas ações ligadas à CONTRATANTE;
 - 4.2.3. Editar, publicar e republicar nos perfis oficiais da CONTRATANTE matérias, notas, avisos e opiniões produzidas, numa linguagem própria;
 - 4.2.4. Publicar e republicar nos perfis oficiais da CONTRATANTE fotos, vídeos e material visual numa linguagem própria;
 - 4.2.5. Interagir e responder com os profissionais da imprensa, mantendo um canal aberto de diálogo com os meios de comunicação, em geral;
 - 4.2.6. Acompanhar os veículos de comunicação através de rádio escuta, clipagem e meios diversos de monitoramento de mídia;
 - 4.2.7. Responder e interagir com os internautas que comentarem postagens ou encaminharem mensagens através do in box (caixa oculta), mantendo um canal on-line aberto de diálogo com a população e/ou público alvo;
 - 4.2.8. Comprometer-se em executar um trabalho sério, preservando e zelando a imagem da CONTRATANTE perante a sociedade, de forma, em geral.
- 4.3. Do repórter fotográfico (com experiência técnica e profissional e/ou com DRT):
- 4.3.1. Cobrir eventos relacionados à CONTRATANTE no cunho de uma cobertura institucional;
 - 4.3.2. Gerar arquivo de fotos e imagens do gestor e corpo de secretariado para elaboração de material institucional e de divulgação voltado a prestação de contas da CONTRATANTE;
 - 4.3.3. Gerar arquivo de fotos e imagens institucional, para que, quando solicitado, tenha material relacionado para atender as demandas de divulgação de conteúdo da CONTRANTE;
 - 4.3.4. Dá suporte e apoio à equipe de Comunicação do município na realização e cobertura de eventos demandados;
 - 4.3.5. Atender demandas também de forma isolada, mas sob orientação da coordenação, com o intuito de gerar conteúdo fotográfico e de imagens que possam ser de uso institucional para CONTRATANTE.
 - 4.3.6. Agir com presteza e cuidado com os equipamentos fornecidos pela CONTRATANTE para execução dos trabalhos;
 - 4.3.7. Comprometer-se em executar um trabalho sério, preservando e zelando a imagem da CONTRATANTE perante a sociedade, de forma, em geral.

I – DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

5.1 A CONTRATADA, durante a vigência desde CONTRATO, compromete-se a:

- a) Disponibilizar, de forma eficaz, para utilização dos serviços no OBJETO do Contrato, desde que tenham sido atendidas as condições necessárias para tal, excluindo-se as limitações de responsabilidades já descritas, bem como as eventuais paralisações necessárias à manutenção do sistema, os



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PACATUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

seguintes profissionais:

- 4.a.1. 01** (um) Do Jornalista (Bacharel em Comunicação Social), com função de coordenador de Comunicação;
 - 4.a.2. 01** (um) Do Jornalista (com DRT), com função de redator e/ou repórter;
 - 4.a.3. 01** (um) Fotográfico (com experiência profissional e/ou DRT).
- b) Realização das atividades de **Assessoria de Imprensa e Comunicação Institucional**, de acordo com os serviços e prazos estabelecidos no Contrato, contados a partir da assinatura deste, em estrita observância às condições previstas no mesmo e na resposta da CONTRATADA;
- c) Pagamentos das despesas com prestadores e serviço via CNPJ, encarregados, parceiros e fornecedores, além dos encargos sociais, taxas, fornecimento dos materiais necessários, transporte para deslocamento e demais custos exigidos para a execução dos serviços para a CONTRATANTE;
- d) A CONTRATADA deverá executar os serviços descritos no Contrato e outros que, porventura, venham a ser fazer necessário durante o decorrer do período;
- e) A CONTRATADA deverá, se assim exigido, manter à disposição no local da prestação dos serviços, o responsável pela CONTRATANTE;
- f) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o Contrato firmado com a CONTRATANTE, sem prévia e expressa anuência;
- g) Não realizar associação com outrem, cessão ou transferência total ou parcial, bem com a fusão, cisão ou incorporação, sem prévia a expressa anuência do CONTRATANTE;
- h) Executar fielmente o OBJETO do Contrato e prazo estipulado;
- i) Manter, durante toda execução do Contrato, as condições inicialmente pactuadas.
- j) Elaborar relatórios mensais de desempenho e engajamento.
- k) Executar fielmente as atribuições indicadas no item 4 deste Termo de Referência.
- 4.2. A CONTRATANTE, durante a vigência desde Contrato, compromete-se a:
- a) Proporcionar à CONTRATADA todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do presente CONTRATO, consoante e estabelecidas pela Lei nº. 14.133/21;
 - b) Efetuar o pagamento dentro dos prazos previstos nas condições e preços pactuados;
 - c) Manter um bom relacionamento entre as partes, fornecendo informações necessárias para execução dos serviços de **Assessoria de Imprensa e Comunicação Institucional**, pactuados no Contrato, através de seus encarregados, funcionários e/ou servidores;
 - d) Comunicar, antecipadamente, à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com a realização de ações, eventos, reuniões e demais atribuições vinculadas ao Contrato, diligenciando nos casos que exigirem providências preventivas e corretivas;
 - e) Designar representante (setor, órgão, etc.) dentro do seu corpo administrativo para acompanhar e fiscalizar a execução do presente Contrato;



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PACATUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO**

4.3 Da Subcontratação

4.3.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.4 Garantia da contratação

4.4.1 Não haverá exigência de garantia da contratação, prevista no artigo 96 e seguintes da Lei 14.133/2021, pelas razões constantes no ETP, anexo deste TR.

4.5 Garantia da Proposta

4.5.1 Nos termos do §1º, do artigo 58 da Lei Federal n.º 14.133/2021, a Garantia da Proposta, limitada a 1% (um inteiro por cento) do valor estimado do objeto da contratação, no valor estabelecido pelo Município de **R\$ 2.133,99 (dois mil cento e trinta e três reais e noventa e nove centavos)**, sob uma das modalidades previstas no parágrafo 1.º do artigo 96 da Lei Federal 14.133/2021; que poderá ser feita por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária;

4.5.2 A Garantia de Proposta prestada em moeda corrente nacional deverá ser depositada no Banco do Brasil, Agência 2337-X, conta corrente nº 109475-0, de titularidade do Município de Pacatuba/SE, CNPJ / MF nº. 13.112.222/0001-48;

4.5.3 A prova de prestação da Garantia de Proposta prestada em moeda corrente nacional se dará via comprovante de realização do depósito bancário, devidamente autenticado pelo Banco recebedor, identificado como "Garantia da Proposta nº xx/20xx".

4.5.4 Garantia da Proposta apresentada na modalidade de Título da Dívida Pública, devendo este ter sido emitido sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliado pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

4.5.5 A Garantia da Proposta apresentada na modalidade de Seguro-Garantia será comprovada pela apresentação da apólice de seguro-garantia, conforme obrigações legais;

4.5.6 A Garantia de Proposta apresentada na modalidade de Fiança Bancária deverá ser emitida por instituição bancária devidamente constituída e autorizada a operar no Brasil, devendo ser apresentada na sua forma original e estar acompanhada da comprovação dos poderes de representação do responsável pela assinatura do documento;

4.5.7 A Garantia de Proposta deverá ter o como beneficiário a Prefeitura Municipal de Pacatuba/SE e a Proponente como tomadora, devendo possuir prazo mínimo de vigência de 60 (sessenta) dias a contar da data-limite para apresentação das propostas, devendo ser prorrogado o seu prazo de vigência pelo menos 15 (quinze) dias antes de seu vencimento, às



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PACATUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO**

expensas da própria Proponente, caso expire antes do prazo previsto para assinatura do contrato, sob a pena de inabilitação da Proponente;

4.5.8 A Garantia de Proposta poderá ser executada pelo Prefeitura Municipal de Pacatuba/SE, mediante prévia notificação, sem prejuízo das demais penalidades previstas no Edital e na legislação aplicável, nas seguintes hipóteses:

- Inadimplemento total ou parcial, por parte da Proponente, das obrigações por ela assumida em virtude de sua participação na presente licitação;
- Não cumprimento, pela Adjudicatária, das obrigações prévias à celebração do Contrato;
- Não celebração do Contrato por razões imputáveis à proponente;
- Caso a Proponente pratique atos visando frustrar os objetivos do certame;
- Para cobertura de multas, penalidades e indenizações eventualmente devidas pela Proponente à Contratante, em virtude de sua participação na presente licitação, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades e da responsabilização residual pelo valor que extrapolar a Garantia de Proposta.

4.5.9 Proponentes que deixarem de prestar Garantia de Proposta ou que prestarem em desacordo com as condições estabelecidas neste Edital serão declaradas inabilitadas do presente certame;

4.5.10 É vedada qualquer modificação nos termos e condições da Garantia de Proposta após a sua apresentação;

4.5.11 A Garantia de Proposta não poderá conter cláusula excludente de quaisquer responsabilidades contraídas pelo tomador da garantia relativamente à participação na presente licitação, sob a pena de nulidade da Garantia de Proposta e inabilitação da Proponente.

4.5.12 A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.

5. DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1 A prestação dos serviços deverá ser realizada de acordo com ordem de Serviço emitido pelo Setor de compras.

5.2 A realização dos serviços deverá ser acompanhada de documento fiscal, com as mesmas condições indicadas na proposta de preço vencedora do certame,

5.3 Em caso de algum tipo de irregularidade verificada, o serviço será interrompido, devendo ser corrigido sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis;



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PACATUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO**

5.4 A CONTRATADA deverá atentar ao fiel cumprimento das especificações exigidas, sendo recusado item que estiver com alguma característica diferente das especificações contidas neste TR;

6. DO PRAZO DE REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS E CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO

6.1 O serviço deverá ser iniciado no prazo de 10 dias a contar do recebimento da Ordem de Serviço e cópia da Nota de Empenho, conforme informado em planilha pelo departamento requisitante, prorrogável, por igual período, a critério do CONTRATANTE, quando devidamente justificado;

6.4 A atestação final de conformidade dos serviços cabe à Secretaria Municipal de Gabinete;

6.5 Caso os itens estejam em desacordo com as especificações exigidas neste TR ou apresentarem vício, serão recusados e devolvidos parcial ou totalmente, conforme o caso, mediante Termo de Recusa, ficando a CONTRATADA obrigada a substituí-los no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da notificação, sem ônus para o contratante, sob pena de incorrer em atraso quanto ao prazo de execução;

7. DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo (s) fiscal (is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/21, art. 117, caput).

7.1 Fiscalização Técnica

- a) O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- b) O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º).
- c) Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato comunicará ao fiscal administrativo a necessidade de emissão de notificação para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- d) O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PACATUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

- e) No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- f) O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

7.2 Fiscalização Administrativa

- a) O fiscal administrativo do contrato fará a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- b) Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

7.3 Gestor do Contrato

- a) O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- b) O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- c) Quando for o caso, o gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico e administrativo quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- d) O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PACATUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO**

de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

- e) O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

8. DO PAGAMENTO

8.1 Liquidação

8.1.1 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.1.2 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.1.3 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista constatada por meio da documentação prevista no art. 68 da Lei 14.133/2021;

8.1.4 Constatando-se situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.1.5 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PACATUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO**

8.1.6 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.1.7 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

8.2 Prazo do pagamento

8.2.1 A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA pelos serviços prestados, em até 30 (trinta) dias consecutivos, após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente, caso haja a aceitabilidade dos produtos, cabendo a contratada comprovar sua regularidade fiscal conforme solicitado para a habilitação no certame licitatório;

8.2.2 Ocorrendo erros na apresentação dos documentos fiscais, será solicitada à CONTRATADA imediata correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento somente será contado a partir da data da regularização;

8.2.3 A Administração poderá deduzir do pagamento importâncias que a qualquer título lhe forem devidos pela CONTRATADA, em decorrência de descumprimento de suas obrigações;

8.2.4 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento;

8.2.5 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.3 Forma de pagamento

8.3.1 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.3.2 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.3.3 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.3.3.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PACATUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO**

8.3.4 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

9.1 Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com procedimento auxiliar de registro de preço e adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

9.2 Forma de fornecimento

9.2.1 A prestação dos serviços será parcelada.

9.3 Exigências de habilitação

9.3.1 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

9.3.1.1 Habilitação jurídica

a) Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

b) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

c) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI;

d) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

e) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

f) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PACATUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

g) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

h) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.3.1.1.1 Não poderão participar deste pregão eletrônico, as empresas enquadradas nos casos a seguir:

- a) Para as empresas que estiverem em recuperação judicial, processo de falência ou sob o regime de concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação, segue a seguinte ressalva: É possível a participação de empresas em recuperação judicial, desde que amparadas com certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. (TCU, Ac. 8.271/2011-2ª Câmara, Dou de 04/10/2011);
- b) Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humano em comum.
- c) Empresa declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- d) Empresa suspensa temporariamente ou impedida do direito de licitar e impedida de contratar com este Município ou ente público;
- e) Empresas cujo dirigente, gerente, sócio ou responsável técnico seja servidor público da Prefeitura Municipal, ou seja, cônjuge/companheiro ou tenham vínculo de parentesco, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, ou de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista e civil, com quaisquer agentes públicos da Administração;
- f) Empresas que tenham o registro comercial e sua sede administrativa localizadas fora do Estado de Sergipe;
- g) Obedecendo os critérios da lei nº 12.232/2010, em seu §2º, em empresas de publicidade estão vedadas de participar deste certame, sendo o PREGÃO voltado para as que disponibilizem os serviços de Assessoria de Imprensa e/ou Comunicação;



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PACATUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

h) A Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) específica é peça primordial para participação no certame, sendo aquela que não tiver a atividade específica, não poderá participar do Pregão.

9.3.1.1.2 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.3.1.2 Das Declarações e Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.3.1.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.3.1.2.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.3.1.2.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.3.1.2.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.3.1.2.5 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.3.1.2.6 Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.3.1.2.7 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual e/ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.3.1.2.8 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.3.1.2.9 Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PACATUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO**

termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

9.3.1.2.10 Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

9.3.1.2.11 Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

9.3.1.2.12 Inexiste quaisquer fatos impeditivos de sua habilitação e que a mesma não foi declarada inidônea por Ato do Poder Público Municipal, ou que estejam temporariamente impedida de licitar, contratar ou transacionar com a Administração Pública de Pacatuba/SE (inciso III e IV do art. 156 da Lei 14.133/2021);

9.3.1.2.13 Não possui funcionário público no quadro societário da empresa;

9.3.1.2.14 É necessário que a empresa prestadora do serviço tenha sua sede ou filial estabelecida no município, capital do Estado ou zona metropolitana da capital, comprovada sua sede e permissão de funcionamento com alvará fornecido pelo ente público;

9.3.1.2.15 Conhece na íntegra o Edital, está ciente e concorda com as condições impostas nele e em seus anexos, ao passo que se submete às condições nele estabelecidas, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

9.3.1.2.16 Atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

9.3.1.3 Qualificação Econômico-Financeira

9.3.1.3.1. Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste edital, a documentação relacionada a sua qualificação econômico-financeira:

I. Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. Caso o documento não declare sua validade, somente, será aceito o documento expedido no máximo 90 (noventa) dias antes da data do recebimento dos envelopes.

II. Para empresas criadas no exercício em curso:



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PACATUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

a) Cópia autenticada do Balanço de Abertura, devidamente registrado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante;

III. Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último Exercício Social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizada por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da Proposta, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa;

IV. O Balanço Patrimonial, as demonstrações e o Balanço de Abertura deverão estar assinados pelo(s) administrador(es) das empresas, constante do Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e por contador legalmente habilitado;

V. Apresentação de garantia, nas mesmas modalidades e critérios previstos no "caput" e § 1º, I, do art. 96 da lei 14.133/21, limitada a 1% (um por cento) do valor estimado do objeto da contratação;

VI. Prestar garantia de 1% (um por cento) do valor estimado, objeto da contratação, conforme o "caput" do art.98, inciso II, observadas as mesmas modalidades e critérios estipulados no caput, § 1º, I do Art. 96, da Lei 14.133/21 e com vigência não inferior a um mês (30 ou 31 dias) dias.

VII. A licitante que optar por garantia em dinheiro, deverá fazer depósito em conta caução em qualquer instituição financeira oficial, em nome da Prefeitura Municipal de Pacatuba/SE, anexando o comprovante da entrega da garantia aos documentos de HABILITAÇÃO inseridos no Sistema Eletrônico, conforme disposto do § 1º, I, do art. 96 da lei 14.133/21. A garantia será devolvida após homologação, como prevê o art. 100, da mesma lei.

VIII. Caso o licitante optar pela caução em títulos da dívida pública, deverá este, ter sido emitido sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definidos pelo Ministério da Fazenda.

9.3.1.4 Qualificação Técnica

9.3.1.4.1. Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste edital, a documentação relacionada a sua qualificação econômico-financeira:



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PACATUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO**

- I. Atestado(s) de Capacidade Técnica em nome da Licitante, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.
- II. Comprovação do licitante possuir em seu quadro (Sócio da Empresa, Contrato de Prestação de Serviços; ou Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS e Contrato de Trabalho - art. 456 do Decreto Lei nº 5.452/43 – Consolidação das Leis de Trabalho – CLT, com registro na Delegacia Regional do Trabalho - DRT, ou por outro meio idôneo), na data prevista para entrega da proposta, de profissional de nível superior e/ou técnico, com formação compatível e pertinente ao Objeto da presente licitação: 01 - jornalista profissional, com bacharelado em Comunicação Social (nível superior); 02 - jornalista profissional, com bacharelado em Comunicação Social (nível superior); 03 - repórter fotógrafo, com comprovação técnica e profissional específica e/ou DRT (Inc. XXIII, alínea "d", do art. 6º, da Lei Federal nº 14.133/2021);
- III. Em se tratando de pessoa física deverá comprovar a expertise técnica, relativa a qualificação técnica, em nome próprio;
- IV. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos;

10. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1 O custo estimado total da contratação é R\$ 213.399,96 (duzentos e treze mil trezentos e noventa e nove reais e noventa e seis centavos), conforme custos unitários apostos na tabela.

11. DAS PENALIDADES

11.1 O descumprimento ensejará aplicação de penalidades, conforme as infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

11.1.1 Dar causa à inexecução parcial do contrato;

11.1.2 Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.1.3 Dar causa à inexecução total do contrato;

11.1.4 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PACATUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

11.1.5 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

11.1.6 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.7 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

11.1.8 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o Pregão eletrônico ou a execução do contrato;

11.1.9 Fraudar o Pregão eletrônico ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

11.1.10 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

11.1.10.1 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento do pregão, mesmo após o encerramento da fase de lances;

11.1.11 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame;

11.1.12 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei 12.846/2013.

11.2 O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 11.1.1 deste Termo de Referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa, calculada na forma do contrato, com base no total do valor da contratação realizada de forma direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 11.1 deste Termo de Referência, no percentual de até 10% (dez por cento), na hipótese de cometimento das infrações previstas nos itens 11.1.1 a 11.1.7, e até 20% (vinte por cento), se cometidas infrações previstas nos itens 11.1.8 a 11.1.12;

b.1) O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à CONTRATADA;

b.2) A multa pode ser aplicada isoladamente ou juntamente com as penalidades definidas nos itens “c” e “d” abaixo:

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 03 (três) anos, nos casos dos subitens 11.1.2 a 11.1.7 deste Termo de Referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos,



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PACATUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO**

pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos, nos casos dos subitens 11.1.2 a 11.1.12 deste Termo de Referência;

11.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1 A natureza e a gravidade da infração cometida;

11.3.2 As peculiaridades do caso concreto;

11.3.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.3.4 Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

11.3.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente;

11.5 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o rito procedimental previsto no Capítulo I do Título IV da Lei 14.133/2021 – Das Infrações e Sanções Administrativas.

11.6 É da competência a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

12. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos para pagamentos dos serviços a serem contratados, correrão à conta dos recursos da dotação orçamentária indicadas abaixo.

27001 - GABINETE DO PREFEITO

2001 – MANUTENÇÃO DO GABINETE DO LÍDER DO PREFEITO

3390.39.00.00 OUTROS SERV. PESSOA JURIDICA

15000000 – RECURSOS PRÓPRIOS

13. DOS IMPACTOS AMBIENTAIS

13.1 Foram identificados possíveis impactos ambientais, nos quais foram elencados no ETP de forma que a medidas mitigadores será de obrigação da contratante.

Pacatuba/SE, 18 de julho de 2025.



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PACATUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO**

Equipe responsável pela elaboração do TR:

Pablo Figueiredo Brayner – CPF 000.322.575.54
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
ORGÃO AUXILIAR PARA ELABORAÇÃO DO TERMO

JOSE SANTANA FILHO – MAT 202637
SECRETARIO ADJUNTO DO GABINETE DO PREFEITO

De acordo:
TAMARA RAYLANE SANTOS DE FRANCA
Secretária Municipal de Gabinete